



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
GABINETE DA REITORIA

RESOLUÇÃO Nº 34-CONSUP/IFAM, DE 22 DE JUNHO DE 2021.

Autoriza, ad referendum do Conselho Superior, a celebração de convênio entre a Empresa Humax do Brasil Indústria de Eletrônicos LTDA, o IFAM e a FAEPI – Processo nº 23443007396/2021-45.

O REITOR PRO TEMPORE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 08/06/2021, publicado no Diário Oficial da União – DOU Nº 106, de 09/06/2021, Seção 2, pág. 1, e, conforme disposto no § 1º do art. 10 da Lei Nº 11.892, de 29/12/2008 e, tendo em vista, o inciso VIII do art. 17 da Resolução nº 20-CONSUP/IFAM, de 26/06/2013, e;

CONSIDERANDO o teor do processo nº 23443.007396/2021-45, sobre o Convênio entre a empresa HUMAX DO BRASIL INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, com a interveniência da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização – FAEPI, visando à realização do “Projeto HBR MMIS – Sistema de Gestão de Estoque – Fase 4”;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 32-CONSEPE/IFAM, de 21/06/2021;

CONSIDERANDO o art. 13, combinado com o inciso X do art. 42 do Regimento Geral do IFAM, aprovado pela Resolução nº 2, de 28/03/2011, o Parecer n. 00082/2021/GAB/PF/IFAM/PGF/AGU, de 09/06/2021 e o Despacho nº 20666/2021-CONSEPE, de 22/06/2021,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, ad referendum do Conselho Superior, a celebração do Convênio entre a empresa **HUMAX DO BRASIL INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA** e o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM** com a interveniência da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Interiorização – FAEPI** – visando à realização do “Projeto HBR MMIS – Sistema de Gestão de Estoque – Fase 4”, com fundamento legal previsto nos seguintes dispositivos legais: Lei nº 8.387/1991, Decreto nº 10.521/2020, e, Resolução nº 71/2016, da SUFRAMA, destacados no Parecer nº 00082/2021/GAB/PF/IFAM/PGF/AGU, de 09/06/2021 – Processo nº 23443.007396/2021-45.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Reitor pro tempore do IFAM